



Barjas contesta Comdema e banca 'PPP do Lixo'

Um dia após juiz federal solicitar que edital fosse feito 'novamente, do zero', prefeito decide dar continuidade em plano municipal

O prefeito Barjas Negri decidiu, ontem à tarde, após reunião no Centro Cívico, que manterá o atual edital da Parceria Público-

Privada (PPP) do Lixo, que inclui implantação de novo aterro sanitário, coleta e destinação do lixo doméstico, varrição de ruas e

avenidas, instalação de uma unidade de tratamento de resíduos sólidos e o encerramento do aterro Pau Queimado. Após

encontro com o secretário Rogério Vidal (Meio Ambiente) e o procurador-geral Sérgio Bissoli, o chefe do Executivo entendeu que o texto

contestado pelo 4º Fórum Sobre Resíduos Sólidos, realizado quinta-feira, 26, na Esalq, é "a melhor opção técnica". No evento organiza-

do pelo Comdema, o juiz Cabrelon de Oliveira, da 3ª Vara Federal, disse que o documento deveria ser "feito novamente". A5

Meio Ambiente

Barjas reafirma PPP como 'melhor opção'

Prefeito contraria posicionamento do conselho municipal e diz que 'cidade necessita, com urgência, implantar a sua política de resíduos sólidos'

Reunido ontem à tarde com os secretários Rogério Vidal (Meio Ambiente) e Sérgio Bissoli (Procurador-Geral), o prefeito Barjas Negri decidiu que dará continuidade ao processo de licitação da contratação de parceria público-privada (PPP) para a implantação de novo aterro sanitário, coleta e destinação do lixo doméstico, varrição de ruas e avenidas, instalação de uma unidade de tratamento de resíduos sólidos e o encerramento do Aterro Pau Queimado, dentro da chamada PPP do Lixo.

Segundo informações do prefeito, após ouvir o relato dos secretários Vidal e Bissoli sobre o 4º Fórum de Gestão de Resíduos de Piracicaba, ficou convencido de que "Piracicaba necessita, com urgência, implantar a sua

política municipal de resíduos sólidos. Chega de atrasos. A melhor política ambiental, com crescimento sustentável, é aquela implementada pela lei federal, contemplada na proposta de Piracicaba".

O prefeito disse que acredita que prevalecerá a melhor solução técnica, porque a cidade não pode mais ficar sem a sua política de resíduos sólidos e o encerramento do Aterro do Pau Queimado. Outra decisão tomada por Barjas foi a de sugerir a Rogério Vidal que, novamente, continue colocando à disposição as pastas das propostas técnicas do novo aterro sanitário e, se necessário e possível, disponibilize-as no portal www.piracicaba.sp.gov.br.

Barjas ainda pediu que seja encaminhado ao Ministério Público cópias do mes-

mo processo, acrescido de relatos das ações que a Prefeitura vem tomando desde 2005 para a construção de um novo aterro sanitário, para que qualquer interessado em obter informações adicionais sobre a licitação possa fazê-lo na Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente e no MP.

Rogério Vidal salientou que, conforme proposta debatida com o Fórum, a melhor forma de atender ao que está sendo sugerido é a continuidade da licitação da implantação do novo aterro sanitário, que, segundo ele, garantirá à cidade o cumprimento da Lei 12.305/2010, com a implantação da política de resíduos sólidos, com a construção de moderno aterro e Central de Tratamento de Resíduos, conforme prevê a

nova legislação federal.

O procurador Bissoli destacou que, "desde 2005, a administração tem discutido publicamente as ações para a implantação de um novo e moderno aterro, dando os esclarecimentos nas audiências públicas promovidas tanto pela Câmara como pelo próprio Executivo, por meio da Sema, e à nova proposta foram incorporadas as sugestões da sociedade civil organizada".

TRANSPARÊNCIA - A Lei Municipal 6.132/2007 prevê mecanismos de fiscalização da atuação da empresa que será contratada mediante concorrência pública. Por isso, Barjas defendeu o fortalecimento dos instrumentos de transparência, que já estão contemplados na proposta, como o já criado Conselho de Gestão da PPP (CONGEPPI).

Comdema já havia dito que poderá ir ao MP

Na quinta, 26, no 4º Fórum Sobre Gestão de Resíduos de Piracicaba, realizado na Esalq, o Conselho Municipal em Defesa do Meio Ambiente (Comdema) havia concluído que, caso a prefeitura desse continuidade ao edital da PPP do Lixo, entraria com representação no Ministério Público (MP). Os membros do conselho defendem a tese de que a proposta municipal não está enquadrada na Política Nacional de Resíduos Sólidos

e, portanto, farão valer a lei federal se a prefeitura insistir no mesmo texto.

João Carlos Cabrelon de Oliveira, juiz da 3ª Vara da Justiça Federal de Piracicaba, chegou a dizer que o edital "deveria começar novamente, do zero". E arrematou seu discurso dizendo que há dúvidas em relação à falta de clareza sobre a definição dos recursos a serem usados para a não geração de resíduos, reutilização e reciclagem.